

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Contexto Operacional

A Administração buscando dar transparência às informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, sobre as principais ações no contexto das atividades a partir dos acordos firmados e do aditivo contratual da concessão Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo - traz uma prévia análise sobre o cenário em 2022 com as atualizações sobre os avanços para continuidade operacional, além disso procura apresentar as ações estratégicas da Companhia.

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do seu estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico SPE – de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô da Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo.

O contrato de concessão é de parceria público privada – PPP, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção, com duração prevista de 5 anos e a fase operação, com duração prevista de mais 19 anos onde iniciará a fase de administração, operação e manutenção. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a operação.

A Concessionária firmou a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a empresa anterior a Move SP referente ao contrato de concessão nº 15/2013 com a anuência da STM – Secretária de Transportes do Metropolitano “Poder Concedente”; com base a Constituição Federal em seu artigo nº 175 e a Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995 que autoriza a movimentação acionária do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário.

A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 mil (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, e recebeu aportes dos sócios que totalizaram R\$ 560.000 mil (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022.

A companhia financia o projeto com recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Crédit Agricole, Banco Santander) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas linhas financiamento de longo prazo. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15 de setembro de 2042

A administração gerencia constantemente os recursos, precisou estruturar as contas bancárias via sistema do JP Morgan para todas as suas movimentações com a supervisão da empresa TMF e obteve duas liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022.

A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foi utilizada para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debentures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante.

Os estudos e levantamentos feitos para liberação dos recursos revela o rating Fitch é AA local, equivalente a um BB internacional para o projeto.

O avanço na evolução das obras do projeto após certificadas pelo poder concedente, gera o direito contratual ao recebimento de aportes referentes a parceria público privada – PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre os anos de 2022 (R\$ 902 milhões), e de 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente.

Administração atuou para que a companhia obtivesse os títulos das certificações ISO-37.001:2016 e ISO-9001 (ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização), recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.P.A. Sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e sistema de gestão e controles dos processos e controles internos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas.

Chamamos atenção para a nota explicativa nº1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 5.785.934 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Walter Malvar Leite da Silva
Contador CRC RJ-117037/O

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	449.937	208.189
Adiantamentos à fornecedores	5	1.860	1.860
Outros Ativos		10.638	5.237
		462.435	215.286
Não circulante			
Adiantamentos à fornecedores	5	3.410	5.270
Deposito em Garantia		185	185
		3.595	5.455
Ativo Financeiro de concessão	6	5.785.934	3.260.924
Outros ativos financeiros		-	6.342
Direito de uso		2.385	3.015
Intangível		2.157	1.643
Imobilizado		93	108
		5.790.569	3.272.032
Total do ativo		6.256.599	3.492.773

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Debentures	8.1	-	1.478.671
Empréstimos	8.2	123.893	122.964
Obrigações Contratuais	8.3	170.594	134.136
Fornecedores terceiros		11.082	5.564
Fornecedores - Partes Relacionadas	9	3.827	7.520
Provisões - Partes Relacionadas	9	243.189	210.744
Outros valores a pagar		<u>5.472</u>	<u>7.519</u>
		558.057	1.967.118
Não circulante			
Financiamento	8.4	3.636.207	-
Debentures	8.1	959.678	858.798
Empréstimos	8.2	-	118.566
Obrigações Contratuais	8.3	71.741	265.091
IRPJ e CSLL diferidos	7	112.361	49.738
Outros valores a pagar		<u>1.763</u>	<u>2.298</u>
		4.781.750	1.294.491
Patrimônio líquido			
Capital Social	10	698.450	138.450
Reserva Legal	10	10.917	4.839
Reserva Lucros		<u>207.425</u>	<u>87.875</u>
Total do Patrimônio Líquido		916.792	231.164
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.256.599</u>	<u>3.492.773</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	11	3.428.111	1.590.706
Custos dos Serviços Prestados	11	<u>(2.745.382)</u>	<u>(1.255.378)</u>
Lucro bruto		<u>682.729</u>	<u>335.328</u>
Despesas operacionais			
Serviços Contratados – partes relacionadas	12	(31.592)	(23.433)
Serviços Contratados - terceiros	12	(34.271)	(16.539)
Administrativas, pessoal e tributárias	12	<u>(23.330)</u>	<u>(13.592)</u>
		(89.193)	(53.565)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>593.536</u>	<u>281.763</u>
Receitas Financeiras	13	22.800	1.637
Despesas Financeiras	13	<u>(432.150)</u>	<u>(153.699)</u>
Resultado financeiro líquido		(409.350)	(152.062)
Resultado antes dos impostos		<u>184.185</u>	<u>129.701</u>
Impostos sobre lucro		(62.623)	(44.098)
IRPJ e CSLL diferidos	7	(62.623)	(44.098)
Lucro líquido do exercício		<u>121.562</u>	<u>85.603</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

<u>Demonstrações do resultado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro Líquido do exercício	121.562	85.603
<u>Total do resultado abrangente do exercício</u>	<u>121.562</u>	<u>85.603</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de Lucros			Total
	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
Em 31 dezembro de 2020	520.000	(381.550)	559	10.087	-	149.096
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.603	85.603
Constituição de Reservas	-	-	4.280	77.257	(81.537)	-
Proposta de dividendos	-	-	-	-	(4.066)	(4.066)
Reversão de Proposta de dividendos	-	-	-	531	-	531
Em 31 dezembro de 2021	520.000	(381.550)	4.839	87.875	-	231.164
Aumento capital social	875.000	(315.000)	-	-	-	560.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	121.562	121.562
Constituição de Reservas	-	-	6.078	115.484	(121.562)	-
Reversão de Proposta de dividendos	-	-	-	4.066	-	4.066
Em 31 dezembro de 2022	1.395.000	(696.550)	10.917	207.425	-	916.792

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	121.562	85.603
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
IRPJ E CSLL Diferidos	62.623	44.098
Provisão de folha	915	1.217
Custos das provisões fornecedores	699	11.167
Juros incorridos sobre empréstimos	425.209	151.025
Receita de ativo financeiro	(596.721)	(279.984)
Depreciação e Amortização	577	346
(Aumento)/Redução dos ativos e Aumento/(Redução) dos passivos	14.864	13.472
Adiantamentos a fornecedores	1.860	2.170
Outros ativos	(5.400)	(1.398)
Fornecedores - terceiros	4.818	(10.289)
Obrigações Fiscais e Tributárias	(635)	(7.099)
Fornecedores - Partes Relacionadas	(24.492)	16.419
Outros valores a pagar	7.081	3.356
Aportes do poder concedente	903.102	259.258
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	901.198	275.889
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Ativo Financeiro de concessão	(2.777.375)	(1.177.425)
Aquisição Imobilizado	84	(262)
Aquisição Intangível	(921)	(1.646)
Aquisição direito de uso	485	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(2.777.727)	(1.179.333)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de financiamento	3.750.000	-
Custo de captação sobre financiamento - BNDES	(264.165)	(6.341)
Pagamento de empréstimos – principal	(118.567)	(149.329)
Juros pagos sobre empréstimos	(33.573)	(23.389)
Pagamento das debêntures	(1.461.636)	-
Juros pagos sobre debêntures	(145.767)	(54.042)
Captação de debêntures	100.000	1.420.000
Juros pagos de sobre debentures EBL	(100.794)	-
Custos de captação debêntures	-	(15.174)
Pagamento dos contratos de cessão	(157.622)	(129.217)
Juros pagos do sobre contrato de cessão	(9.599)	(9.545)
Aporte de capital	560.000	-
Captação do mútuo	198.234	-
Pagamento de mútuo - principal	(200.280)	-
Custos de captação do contrato de mútuo	2.046	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.118.277	1.032.963
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	241.748	129.519
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	208.189	78.670
No fim do exercício	449.937	208.189
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	241.748	129.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do estatuto social foi constituída sob forma jurídica de SPE - Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão foi firmado nos moldes da PPP - Parceria Público Privada, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e a fase operação e administração e manutenção do metrô.

O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação.

O projeto financiado por recursos de aportes dos sócios, aportes do Poder Concedente (PPP) referente ao avanço das fases do projeto de construção e pelo financiamento de curto e longo prazo contratado junto a entidades financeiras no Brasil.

A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, dos quais os sócios subscreveram R\$ 560.000 (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022.

A companhia financia o projeto por recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Credit Agricole, Banco Santander, etc.) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas linhas de longo prazo.

A administração faz o gerenciamento constante dos recursos e necessitou efetuar a estruturação das contas bancárias via sistema do JP Morgan com a supervisão da empresa TMF e obteve duas liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas tem pagamento previsto da última parcela em 15 de setembro de 2042.

A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foram importantes e utilizadas para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debêntures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante.

O avanço na evolução das obras certificadas gerou o recebimento de aportes referentes a parceria público privada – PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre o ano de 2022 (R\$ 902 milhões), e 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente.

Administração também atuou para que a companhia obtivesse sucesso os títulos ISO-37.001:2016 e ISO-9001 através da ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização, recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.p.A., referentes aos sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e controles dos processos e controles internos (não auditado).

Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações

Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande.

a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema.

A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 06 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato previsto para o ano de 2044.

O valor do contrato, correspondente as receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15 bilhões com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, e a concessionária poderá explorar receitas de publicidade e da cessão de espaços comerciais e outras receitas acessórias. De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura, e a geração das receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes.

A Companhia precisa obedecer aos prazos e as previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada para operar a concessão em três fases progressivas em etapas e atividades como segue:

- **Fase I** – Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação;

- **Fase II** – Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda.
- **Fase III** – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação.

A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo.

b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 6 de outubro de 2020 publicada no DOU de 17/06/2020.

c. Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo

A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado DEAT publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Diretoria da companhia autorizou em 08 de março de 2023 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase do projeto - construção e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

3 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas nas notas a seguir.

3.2 Instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais.

Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€). O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro.

Análise de sensibilidade

O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

<u>Ativo Financeiro</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Indicador</u>	<u>Provável</u>	<u>Efeito no resultado</u>	
				<u>25%</u>	<u>(25%)</u>
Aplicações financeiras	449.937	CDI	55.702	69.628	41.777
<u>Passivo Financeiro</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Indicador</u>	<u>Provável</u>	<u>Efeito no resultado</u>	
				<u>25%</u>	<u>(25%)</u>
Empréstimos	(123.893)	CDI	(15.338)	(19.172)	(11.504)
Circulante	(123.893)		(15.338)	(19.172)	(11.504)
Debentures	(959.678)	CDI	(118.808)	(148.510)	(89.106)
Financiamentos	(3.636.207)	CDI	(450.162)	(562.703)	(337.622)
Não Circulante	(4.595.885)		(568.970)	(730.385)	(426.728)
Total	(4.719.778)		(584.308)	(749.557)	(438.231)

Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

	<u>Referência CDI</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>(25%)</u>
Taxas – CDI (%)	12,380%	15,475%	9,29%

Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está discriminado abaixo:

Crédito bancário

No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating) e de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 à 93%.

<u>Instituição Financeira</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>
Banco Itaú S. A	AAA	AAA	A1
Banco Santander S. A	A	A-	A2
Banco do Brasil S. A	BB-	AA	Ba2

Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação.

As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025-2042</u>
Debêntures	-	(959.678)	-	-	(959.678)
Empréstimos	(123.893)	-	(123.893)	-	-
Financiamentos	-	(3.636.207)	-	-	(3.636.207)
Obrigações contratuais	<u>(170.594)</u>	<u>(71.741)</u>	<u>(170.594)</u>	<u>(71.741)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(294.487)</u>	<u>(4.667.626)</u>	<u>(294.487)</u>	<u>(71.741)</u>	<u>(4.595.885)</u>

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e de dívida para financiar suas operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô. A situação de liquidez com vencimentos em curto prazo é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Na medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo.

A companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as fontes de recursos, já recebidas, indicadas abaixo:

- Aportes dos sócios R\$ 560 milhões até 2022;

- Empréstimo Ponte (Debêntures 1ª; 3ª Emissão) - R\$ 1,5 bilhão – emitidas e quitadas em 2022;
 - Empréstimo Ponte (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões – longo prazo para 2026;
 - Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 1,1 bilhão até dezembro/2022;
 - Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) - R\$ 3,8 bilhões – em 2022;
- (a) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia. Administração pode propor, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

- (b) **Estimativa do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.
- (c) **Instrumentos financeiros por categoria:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Caixa e Equivalentes de caixa	Custo amortizado	449.937
Outros ativos	Custo amortizado	12.498
Circulante		462.435
Depósitos em garantia	Custo amortizado	185
Não Circulante		185
Total ativos financeiros		462.620
Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Empréstimos	Custo amortizado	(123.893)
Obrigações contratuais	Custo amortizado	(170.594)
		(247.016)
Provisão e fornecedores partes relacionadas	Custo amortizado	
Fornecedores	Custo amortizado	(11.082)
Circulante		(552.585)
Financiamentos	Custo amortizado	(3.636.207)
Debêntures	Custo amortizado	(959.678)
Obrigações contratuais	Custo amortizado	(71.741)
Não circulante		(4.667.626)
Total Passivos financeiros		(5.230.981)

A companhia não possui instrumentos financeiros marcados à valor justo. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, a avaliação da Companhia é de que os ativos e passivos acima estariam enquadrados no nível 2 na hierarquia de valor justo caso estivessem marcados a valor justo.

3.3 Ativo Financeiro – Concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
2. A infraestrutura de construção será recuperada a traves do seguinte fluxo de caixa:
 - (a) Remuneração da contraprestação pecuniária;
 - (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente.

A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Também queremos mencionar que o patamar mínimo das receitas (70% da demanda projetada) antes de resgatar o contrato de concessão é suficientemente elevado para avaliar que a concessionária não enfrentará a possibilidade de risco de demanda, mantendo um índice de rentabilidade aceitável superior a taxa de desconto fixa do país.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3.1 Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4.2 Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro.

3.4.3 Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

O modelo financeiro de negócios, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto.

- (a) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado.

A classificação dos ativos financeiros adquiridos, passa teste de pagamento de principal e juros previstos no modelo de negócios.

(i) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
 - **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
 - **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.
- (ii) *Custo amortizado*
- Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

(iii) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

- (a) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- (b) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
- (c) **Perdas por *impairment*:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.
- (d) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).
- (e) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5 Ativo financeiro

- (a) **Constituição do ativo financeiro:** Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

- (b) **Concessão:** Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos.

3.5.1 Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção de um bem ou conjunto de bens. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui o desembolso para sua aquisição e todos outros gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos itens relacionados à administração da implantação da linha é realizada mediante uso atual da estrutura, com suas respectivas taxas de depreciação aplicadas de forma linear, podendo outra forma ser utilizada a critério da administração, que verifica e revisa os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos, sempre que necessário, e/ou quando existir uma indicação de mudança significativa comparativamente a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.5.2 Ativo Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou de construção desse intangível, os itens são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização a partir de sua operação ou quando eles passam a gerar benefícios e/ou fluxos de caixa futuros. Os valores das aquisições das licenças de softwares são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e/ou para colocá-los prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

3.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2022 não há registros de *impairment*.

3.6.1 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento.

3.6.2 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.7 **Provisões**

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações.

3.7.1 **Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

3.7.2 Demais passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.8 Capital social.

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

3.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

- **Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC26/IAS1) -** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido a esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) – As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem “integralmente vinculada”, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial.
- **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - IFRS 17 Contrato de seguros
 - Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
 - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	8	45
Aplicações financeiras (i)	<u>449.929</u>	<u>208.144</u>
Total	<u>449.937</u>	<u>208.189</u>

- (i) O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 65% e 93% da taxa CDI negociadas com instituição conhecidas e solidas no mercado.

A variação positiva explica-se pelas entradas de recursos da 4ª emissão de debêntures somadas aos dois aportes do poder concedente nos meses de novembro e dezembro.

5 Adiantamento de fornecedores

O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	1.860	1.860
Não Circulante		
Adiantamento a fornecedores	3.410	5.270
Total	<u>5.270</u>	<u>7.130</u>

6 Ativo financeiro de concessão

A concessionária adquiriu a operação da concessão da Linha 6 – Laranja do metrô de São Paulo, a operação foi concretizada em julho de 2020, que envolveu acordo com a concessionário anterior (Move SP – 2013 a 2020), seus parceiros de consórcios e bancos financiadores que aportaram recursos para o projeto, através de empréstimos e aquisições de ativos para o projeto iniciado em meados do mês de outubro de 2020, e por isso que não completou o ciclo comparativo entre os dois períodos apresentados no quadro abaixo.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870	516.870
Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404	118.404
Contratos de Cessão da Operação (a)	1.315.795	1.315.795
Atualização Financeira (b)	1.092.572	413.342
Contrato de Construção - EPC	4.272.059	1.681.641
Contrato de Construção Material Rodante	160.147	6.413
Contrato da Obra (c)	5.524.778	2.101.396
Contratos de Assessoria (d)	107.720	102.991
Aportes do Poder Concedente (e)	(1.162.359)	(259.258)
Total	<u>5.785.934</u>	<u>3.260.924</u>

- (a) Os registros referentes a compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do consórcio Move e os bancos envolvidos nos financiamentos.
- (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro adquirido.
- (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra.
- (d) Contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.
- (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente a parceria público privada – PPP previstos no contrato de concessão, onde o estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base em critérios de medição e no avanço da obra.

7 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda corrente e diferidos a companhia apresenta créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionadas as diferenças temporárias e a expectativa de realização futura.

O plano de negócio da companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base Permanente		31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		184.185	129.702
(+) Adições		1.847.411	991.777
Custo de Construção		1.845.779	979.997
Provisões indedutíveis		1.632	11.780
(-) Exclusões		(2.525.009)	(1.331.447)
Receita de Construção		(1.845.779)	(979.997)
Receita de Atualização do Ativo		(679.230)	(351.450)
(=) Base Tributável (Prejuízo fiscal e base negativa)		(493.413)	(209.968)
IRPJ	25%	(123.353)	(52.492)
CSLL	9%	(44.407)	(18.897)
Total – IRPJ/CSLL Diferido ativo		(167.760)	(71.389)
Apuração da IRPJ e CSLL – Base Diferenças Temporárias		31/12/2022	31/12/2021
(+) Adições		1.847.411	991.777
Custo de Construção		1.845.779	979.997
Provisões indedutíveis		1.632	11.780
(-) Exclusões		(2.525.009)	(1.331.447)
Receita de Construção		(1.845.779)	(979.997)
Receita de Atualização do Ativo		(679.230)	(351.450)
(=) Resultado fiscal apurado e base negativa após Comp. (Prejuízo fiscal e base negativa)		(677.598)	(339.670)
IRPJ	25%	(169.400)	(84.917)
CSLL	9%	(60.984)	(30.570)
Total – IRPJ/CSLL Diferido Passivo		(230.383)	(115.487)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos diferidos	167.760	71.389
Passivos diferidos	(230.383)	(115.487)
Total líquido – IRPJ/CSSL Diferido passivo	(62.623)	(44.098)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2021	(49.738)	(49.738)
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2022	(62.623)	-
Alíquota Efetiva - (%)	34%	34%
Total IRPJ/CSSL Diferido acumulado	(112.361)	(49.738)

8 Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debêntures.

A Companhia adotou a estratégia de obter aportes através de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e emissão debêntures para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo.

8.1 Debêntures

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Debêntures	-	1.478.671
	-	1.478.671
Não Circulante		
Debêntures	959.678	858.798
	959.678	858.798
Total	959.678	2.337.469

A companhia alongou as suas dívidas quitando os empréstimos e as debêntures emitidas de curto prazo pelo financiamento de longo prazo com recursos do BNDES com vencimento a partir de 2026,

Abaixo demonstramos as movimentações das debêntures desde a sua contratação até os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<u>Debentures.</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Captações</u>	<u>Custo de captação</u>	<u>(+) Juros incorridos</u>	<u>(-) Juros pagos</u>	<u>31/12/2021</u>
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	886.712	120.000	(5.487)	67.349	(34.528)	1.033.521
3ª Emissão - Séries 1 2 3	-	450.000	(6.719)	21.383	(19.514)	445.150
Circulante	886.712	570.000	(12.206)	88.732	(54.042)	1.478.671
4ª Emissão - Séries 1	-	600.000	(2.107)	11.024	-	608.917
4ª Emissão - Séries 2	-	250.000	(861)	742	-	249.881
Não Circulante	-	850.000	(2.968)	11.766	-	858.798
Total	886.712	1.420.000	(15.174)	100.498	(54.042)	2.337.469

Debentures.	31/12/2021	Captação	Amortização Principal	Custo de captação	(+) Juros incorridos	(-) Juros pagos	31/12/2022
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	1.033.521	-	(1.011.636)	2.411	84.791	(109.087)	-
3ª Emissão - Séries 1 2 3	445.150	-	(450.000)	4.237	37.293	(36.680)	-
Circulante	1.478.671	-	(1.461.636)	6.648	122.084	(145.767)	-
4ª Emissão - Séries 1	608.917	-	-	(7.822)	75.105	(74.486)	601.714
4ª Emissão - Séries 2	249.881	-	-	790	31.380	(26.308)	255.743
4ª Emissão - Séries 3	-	100.000	-	(290)	2.510	-	102.220
Não Circulante	858.798	100.000	-	(7.322)	108.996	(100.794)	959.678
Total	2.337.469	100.000	(1.461.636)	(674)	231.080	(246.561)	959.678

8.2 Empréstimos

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	123.893	122.964
Não Circulante	123.893	122.964
Empréstimos	-	118.566
	-	118.566

A Concessionária Linha Universidade S.A (CLU) negociou o acordo entre a Secretária Municipal de transportes (Poder Concedente) e a Move São Paulo. Esta negociação, resultou em um contrato entre as partes para transferência da concessão pública e do contrato de parceria público privada para a CLU. O acordo foi firmado em 6 de outubro de 2020 e envolveu as seguintes partes: Consórcio Move; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); as Entidades Financeiras Credenciadas pelo BNDES (ligadas ao empréstimo concedido); e a Secretária Municipal de Transportes (Poder Concedente).

O acordo firmado, prevê a compra dos ativos da Move São Paulo e seus respectivos custos, bem como a transição administrativa.

Esse acordo envolveu o parcelamento dos valores e com obrigações contratuais e financeiras a serem cumpridas em sua totalidade durante o período dos anos de 2020 a 2025. A companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela dessas obrigações em 2022 mantendo-se em dia com suas obrigações assumidas.

Na tabela destacada abaixo demonstramos as movimentações dos anos de 2021 e 2022:

Movimentação 2021						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 31/12/20	Amortização Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/21
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	172.283	(56.643)	9.209	(10.313)	114.536
Santander	CDI + 2,95% a.a.	74.175	(31.312)	4.470	(4.412)	42.921
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	64.124	(27.068)	3.864	(3.814)	37.106
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	49.509	(20.899)	2.984	(2.945)	28.649
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	31.718	(13.407)	1.911	(1.905)	18.318
Total		391.809	(149.329)	22.439	(23.389)	241.530

Movimentação 2022						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 31/12/21	Amortização Principal	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/22
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	114.536	(56.643)	16.969	(16.109)	58.751
Santander	CDI + 2,95% a.a.	42.921	(20.920)	5.924	(5.909)	22.016
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	37.106	(18.084)	5.121	(5.109)	19.034
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	28.649	(13.963)	3.954	(3.945)	14.696
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	18.318	(8.957)	2.536	(2.501)	9.396
Total		241.530	(118.567)	34.573	(33.573)	123.893

Na tabela destacada abaixo demonstramos os respectivos valores entre o curto e longo prazo de cada Instituição financeira:

BNDES e Entidades Financeiras	Circulante	Total
BNDES	58.751	58.751
Santander	22.016	22.016
BTG Pactual	19.034	19.034
Crédit Agricole	14.696	14.696
Banco ABC	9.396	9.396
Total	123.893	123.893

8.3 Obrigações Contratuais

As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto a Move SP nos valores de R\$ 88.000 l e R\$ 118.404 l respectivamente, prevêm uma carência de prazo para os pagamentos iniciando em 2022 a seguem até o ano de 2025 com acréscimo de juros de 3% a.a.

Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio construtor, que atuaram nas obras do projeto da concessão. e também os valores dispendidos das obrigações assumidas junto aos demais envolvidos.

A Concessionária pagará as dívidas assumidas divididas em parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a., já foram efetivados os pagamentos das três parcelas dos períodos de 2020 a 2022 referente ao consorcio Move, restando valores a pagar a conforme indicados a seguir.

Obrigações contratuais	31/12/2021	Transferência	Amortização	Juros a apropriar	Juros Pagos	31/12/2022
Circulante						
Empréstimos - Consórcio						
Move	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)	170.594
	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)	170.594
Não Circulante						
Empréstimos - Consórcio						
Move	257.091	(167.938)	(23.486)	3.741	(5.667)	63.741
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-	8.000
	265.091	(167.938)	(23.486)	3.741	(5.667)	71.741
Total Obrigações contratuais	399.227	-	(157.622)	10.329	(9.599)	242.335

8.4 Financiamento

O financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de longo prazo por valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15 de setembro de 2042.

Financiamento	Limite de disposição	31/12/2021	Disposição	Custo de captação	(+) Juros/ custos captaç.	(-) Juros	31/12/2022
Subcredito A	1.969.188	-	1.284.856	(151.131)	53.969	-	1.187.694
Subcredito B	1.373.040	-	172.161	(8.331)	6.341	-	170.170
Subcredito C	3.514.256	-	2.292.983	(110.951)	96.310	-	2.278.342
Subcredito D	43.516	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	6.900.000	-	3.750.000	(270.413)	156.620	-	3.636.207

Covenants sobre os empréstimos contratados

A companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contêm cláusulas de vencimento antecipado, conforme abaixo.

Nos contratos firmados pela concessionária, as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

- Não haverá pagamentos de dividendos conforme alteração do estatuto social, durante a fase I,;
- Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados.
- Obter previamente autorização dos debenturistas para casos de redução de capital;
- Obter previamente autorização dos debenturistas para alterações do objetivo social em atividades que venha a prejudicar sua atividade preponderante.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

9 Partes relacionadas

A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas de construção, água, indústria em geral e serviços além de energias renováveis. O conglomerado é formado por várias empresas e o Grupo Acciona é considerado entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid.

Durante a fase I do projeto o contrato EPC foi celebrado, e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras, o contrato EPC - referente a construção dos túneis, terminais e estações do metrô; e Services Agreement - importante contrato com a “Acciona Concesiones S.A” referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmados entre as duas companhias.

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 na Companhia decorrem das transações descritas acima, os quais são efetuados em condições usuais de mercado.

	Passivo		Resultado
	Provisões	Fornecedores	Serviços contratados
Acciona Construcción S.A (i)	242.563	2.712	2.620.298
Acciona Concesiones S.A (ii)	626	1.115	1.715
	243.189	3.827	2.622.013

- (i) Acciona Construcción é a construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se a fase I da construção do projeto referente a implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados.
- (ii) Acciona Concesiones é uma empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se as assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira.

10 Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente em 19 de Maio de 2020 alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social alterado para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha do metrô de São Paulo, e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais).

- Em Assembleia geral extraordinária realizada em 15 de março de 2022 a diretoria da Companhia decidiu pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B e o valor acumulado de aportes dos sócios de R\$ 560.000. (quinhentos e sessenta milhões de Reais) em 31 de dezembro de 2022.

Os aportes de capital realizados pelos sócios durante o período de 2020 a 2022 totalizaram R\$ 698.450. Os aportes efetuados no ano de 2022 são apresentados conforme quadro a seguir:

Movimentação 2022 - Aportes	Importes
Janeiro/2022	113.091
Fevereiro/2022	164.067
Março/2022	244.687
Maior/2022	38.155
Total	560.000

O quadro abaixo destaca os sócios e as suas participações na Companhia em 31 de dezembro de 2022, segregados por tipo e classe de ações:

ON – Ações Ordinárias

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	105.046	105.046	-
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	17.112	15.642
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	6.923	6.327
Total	100,00%	265.000	243.031	21.969

PN – Ações Preferenciais Classe A

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	101.082	101.082	-
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	-	31.518
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	-	12.750
Total	100,00%	255.000	210.732	44.268

PN – Ações Preferenciais Classe B

Quadro societário	Partic. (%)	Ações ordinárias subscritas	Ações ordinárias integralizadas	Ações a integralizar
Acciona Construcción	43,00%	376.250	-	376.250
Socgen Inversiones Financieras	39,64%	346.850	244.687	102.163
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	-	108.150
Linha Universidade Investimentos	5,00%	43.750	-	43.750
Total	100,00%	875.000	244.687	630.313
Capital consolidado	47,33%	1.395.000	698.450	696.550

- (c) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos:
- (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;
- (ii) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia não foram destinados valores para o pagamento de dividendos na Fase I do projeto;

Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

- (d) **Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e os administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

11 Receitas e Custos de construção

A companhia registra as receitas como contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos como contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está sendo atualizado pela expectativa de recebimento dos fluxos de caixas futuros a partir do início do recebimento das receitas pelo funcionamento do metrô.

A companhia encontra-se na fase I do contrato de concessão e nesta fase não há previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de construção EPC	2.744.153	1.239.471
Receita com ativo financeiro - assessorias especializadas	4.728	-
Receita atualização ativo financeiro	596.721	279.984
Receitas com ativo financeiro – outras	<u>82.509</u>	<u>71.251</u>
Total das receitas líquidas	3.428.111	1.590.706
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo de construção	(2.744.153)	(1.239.254)
Custo assessorias especializadas (a)	(4.728)	-
Custos de Seguros (b)	(6.711)	(5.914)
Custos das Garantias (c)	<u>10.210</u>	<u>(10.210)</u>
Total custos dos serviços prestados	(2.745.382)	(1.255.378)

- (a) Registro refere-se a contratação de serviços de consultoria para atuar junto ao BNDES nas questões que envolvem o contrato de empréstimo, o contrato foi celebrando em dezembro de 2021
- (b) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.

- (c) O contrato de empréstimos para obter a debentures junto as entidades financeiras prevê a necessidade da apresentação de garantias financeiras, havia uma provisão que teve o seu saldo revertido em 2022, e a sua realização efetiva pela liquidação das debêntures de curto prazo. Vide maiores detalhes na nota explicativa 8.1. referente a 1ª e 3ª das debentures.

12 Despesas Operacionais

Foram registrados em contas de serviços contratados do grupo os valores referentes aos profissionais advindos da Espanha para as áreas de engenharia e financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas Brasil e Espanha.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços contratados - Partes Relacionadas	(31.592)	(16.540)
Serviços contratados de assessorias	(8.004)	(8.198)
Serviços operador sistema metro	(8.661)	(7.410)
Serviços de certificadora	(10.133)	(5.607)
Serviços de sustentabilidade	(2.468)	(1.127)
Outras	(5.004)	(1.091)
Total - Serviços contratados	<u>(65.863)</u>	<u>(39.973)</u>
 Pessoal	 (15.968)	 (10.443)
Administrativas	(1.358)	(955)
Tributárias	(5.428)	(1.849)
Depreciação e Amortização	(576)	(345)
Total - Administrativas, tributárias e com pessoal	<u>(23.330)</u>	<u>(13.592)</u>
Total	<u>(89.193)</u>	<u>(53.565)</u>

13 Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendimento sobre aplicações financeiras (a)	22.795	1.625
Descontos obtidos	25	13
Total receitas financeiras	<u>22.800</u>	<u>1.637</u>
Juros sobre empréstimos - Debentures (b)	(223.757)	(100.498)
Juros sobre empréstimos - Cessão (b)	(33.399)	(20.037)
Juros sobre empréstimos CCBS (b)	(17.846)	(13.288)
Juros sobre empréstimos BNDES (b)	(156.621)	(10.577)
Outros juros e tarifas	(519)	(9.299)
Total despesas financeiras	<u>(432.150)</u>	<u>(153.699)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(409.350)</u>	<u>(152.062)</u>

- (a) Resultado das operações com os recursos que permaneceram investidos em aplicações financeiras.
- (b) Operação com Contrato de Cessão e financiamento ponte e do BNDES.

As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na nota explicativa 8.

14 Desapropriações

A Concessionária será responsável pelas comunicações e pelo acompanhamento dos processos de desapropriações de imóveis, necessários para a construção da Linha 6 - Laranja previstos pelo Decreto Estadual no 58.025 de maio de 2012.

Artigo 1º - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Artigo 2º - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica onde são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, sendo que a Concessionária não controla esta conta e tem somente acesso para fins de consulta.

Prevê ainda a cláusula 37ª do contrato de concessão que se a concessionária verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a concessionária apresentar ao Poder Concedente os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

A Companhia através dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes a Desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão em conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Foram identificadas 447 ações referente a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados as contingências envolvendo a companhia.

15 Cobertura de apólices de seguros

A Companhia contrata coberturas de seguros, cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta.

O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantia de riscos financeiros do Poder Concedente, e a Companhia contratou a apólice nº 50014798 para mitigar estes riscos financeiros. Adicionalmente, através da apólice nº 2500446 a Companhia contratou coberturas para mitigar riscos associados ao escritório para garantir os equipamentos, mobiliários e outros.

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 061902020881107750014798 Nº 0000000	Riscos Financeiros	649.129	18/12/2022 a 06/10/2025
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	- ENDOSO 061902020881107750014798 Nº 0000000	Riscos Financeiros	144.338	18/12/2022 a 06/10/2025
		Total Cobertura	793.467	

Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	2.700	15/12/2022 a 15/12/2023
		Total Cobertura	2.700	

Companhia contratada	Garantia Empréstimos	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	150.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	400.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Bradesco	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	100.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	426.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	200.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	600.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	283.000	25/07/2022 a 31/07/2027
INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	443.246	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	500.000	25/07/2022 a 31/07/2027
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	443.246	25/07/2022 a 31/07/2027
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	300.000	25/07/2022 a 31/07/2027
		Total Cobertura	3.845.492	

O quadro acima demonstra a contratação das garantias junto à instituições financeiras, para fins de cumprimento do que pede o empréstimo de longo prazo do BNDES.